

# MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



JANEIRO/2019 - Nº 108



## O QUE VEM POR AÍ?

PÁG. 6

**RACISMO**  
INICIATIVAS  
INTERNAS NO  
COMBATE À  
DISCRIMINAÇÃO

PÁG. 5

**JANTAR**  
**ANUAL**  
ALEGRIA  
PARA DEIXAR  
2018 PRA LÁ

PÁG. 16

**REFORMA**  
**TRABALHISTA**  
SEMINÁRIO DEBATE  
O PRIMEIRO ANO  
DA LEI Nº 13.467

PÁG. 8



## MAGISTRATURA E TRABALHO

### DIRETORIA EXECUTIVA

#### PRÉSIDENTE

FARLEY ROBERTO RODRIGUES DE CARVALHO FERREIRA

#### VICE-PRÉSIDENTE

LEONARDO GRIZAGORIDIS DA SILVA

#### DIRETORA SECRETÁRIA

RAQUEL MARCOS SIMÕES

#### DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

CRISTINA OTTONI VALERO

VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ (ADJUNTA)

#### DIRETORIA CULTURAL

FÁBIO MOTERANI

JOSÉ CARLOS SOARES CASTELLO BRANCO

EDUARDO ROCKENBACH PIRES

#### DIRETORIA SOCIAL

TATIANA AGDA JULIA E. H. BELOTI MARANESI

VANESSA ANITABLIAN BALTAZAR

#### DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

JEFFERSON DO AMARAL GENTA

JULIANA HEREK VALÉRIO

#### COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

##### DESEMBARGADORES

TITULAR: MANOEL ANTÔNIO ARIANO

SUPLENTE: ROSANA ALMEIDA BUONO

##### JUIZES TITULARES

TITULAR: PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS

SUPLENTE: ADRIANA PRADO LIMA

##### JUIZES SUBSTITUTOS

TITULAR: MARCELO AZEVEDO CHAMONE

SUPLENTE: JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS

#### DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

FREDERICO MONACCI CERUTTI

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ DE RESENDE

#### DIRETORIA DE APOSENTADOS

MARIA CRISTINA FISCH

AMADOR PAES DE ALMEIDA

MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

MARIA LUÍZA FREITAS

#### DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

MARCOS SCALÉRCIO

LAURA RODRIGUES BENDA

#### CONSELHO FISCAL

##### TITULARES

MAGDA CRISTINA MUNIZ

KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO

DANIEL ROCHA MENDES

JULIANA EYMI NAGASE

##### SUPLENTES

RENATA SIMÕES LOUREIRO FERREIRA

CARLOS FRANCISCO BERARDO

#### COMISSÃO DE MAGISTRADOS DE 1º E 2º GRAUS

ADEMAR SILVA ROSA

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

DIEGO REIS MASSI

JULIANA FERREIRA DE MORAES AZEVEDO

LÁVIA LACERDA MENEZES

LEONARDO ALIAGA BETTI

MATHEUS BARRETO CAMPELO BIONE

MAURÍCIO MARCHETTI

ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE

SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO

#### DIRETORIA DE ASSUNTOS

##### LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA

JULIANA JAMITCHEK GROSSO

##### REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE

APARECIDA MARIA DE SANTANA

##### REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA SUL

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO

##### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS

FLAVIO ANTONIO CAMARGO DE LAET

##### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DO ABC

CLAUDIA FLORA SCUPINO

##### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

XERXES GUSMÃO

##### REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCO

DAIANA MONTEIRO SANTOS

#### AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235

BLOCO B – 10º ANDAR

BARRA FUNDA – SÃO PAULO – SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 – FAX: (11) 3392-4727

#### O JORNAL MAGISTRATURA

#### E TRABALHO É FEITO PELA

#### VARIDEL COMUNICAÇÃO

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1006 – 9º ANDAR

PERDIZES – SÃO PAULO – SP – CEP: 05013-001

TEL: (11) 2501-2202

#### JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANTAS – MTB 1.259/DF

#### PROJETO GRÁFICO E ARTE

PATRICIA MORAETE

#### COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

REVISÃO: DANIELE ARONQUE

DESIGNER GRÁFICO: RENATA MIYABE UEDA

FOTOS DE CAPA: ANDY SHELL/SHUTTERSTOCK.COM



## 2019 COMEÇA COM TENSÃO AO MÁXIMO

ALEXANDRE SACCONI/ARIEL COMUNICAÇÃO

O ano de 2018, enfim, passou!

Nele, presenciamos conflitos políticos eleitorais entre colegas, amigos e mesmo no ambiente familiar.

Ao mesmo tempo em que se corrigiu a grande distorção na remuneração de ativos e inativos, com a reposição parcial do subsídio e fim da ajuda de custo para moradia, também surgiu a insatisfação de existir um decréscimo nominal dos recebimentos dos Magistrados ativos. Essa luta é constante e permanente.

Ocorre que existe premência de outro tema que ganha discurso: a extinção da Justiça do Trabalho.

Assim, 2019 começa com tensão ao máximo, em que todos os Magistrados precisam colaborar para fortalecer o trabalho associativo. A esse desiderato, não basta apenas dirigentes de classe se empenharem, porque precisamos de TODOS!

Para quem ainda não compreendeu, passou da hora também de trabalharmos em conjunto com a advocacia, servidores e sociedade em geral, em busca da defesa da Justiça do Trabalho.

Numa época em que cada um defende o seu e o resto é ideologia, a Magistratura do Trabalho não pode ficar inerte enquanto o barco se dirige às pedras.

Contamos com a ajuda de todos, presencialmente ou virtualmente, com todas as suas forças.

É agora ou não mais!

**Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira**  
Presidente da AMATRA-2



## RECUSA AO JUIZ AUXILIAR SEGUE EM ABERTO

REUNIÃO DA  
COMISSÃO  
PARITÁRIA NA SEDE  
DA AMATRA-2

DIVULGAÇÃO/AMATRA-2

Questão relativa à recusa pessoal de Magistrados no regime ainda pode ser debatida

No dia 14 de dezembro, a Presidência e a Corregedoria do TRT-2 responderam ao requerimento protocolizado pela AMATRA-2 quanto à norma de designação de Magistrados para auxílio-fixo. O Tribunal informou que está disposto a analisar e debater as sugestões apresentadas pela AMATRA-2 para eventual alteração normativa.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 4 de setembro de 2018, os Associados deliberaram “que o regime de auxílio-fixo não pode ser renunciado, mesmo que fundamentadamente”.

Após a decisão da AGE, foi instaurada uma comissão paritária composta por Juízes Titulares, Juízes Substitutos e Desembargadores, que debateu pontos apresentados posteriormente em nova Assembleia Geral, realizada no dia 11 de dezembro.

Nessa data foram aprovados 10 pontos, protocolados no TRT-2 junto aos itens debatidos anteriormente. Entre eles, destacam-se: todo o procedimento de recusa será sigiloso; rejeitada a escolha pelo Juiz Titular de Juiz Substituto inscrito; o processo de recusa também poderá ser de iniciativa do Juiz Substituto Auxiliar, sendo aplicável o mesmo procedimento estabelecido para o Juiz Substituto escolher outro Juiz Auxiliar.

### MANUTENÇÃO DO BOM CLIMA

No dia seguinte à AGE, a AMATRA-2 protocolou na Presidência e na Corregedoria do TRT-2 um requerimento comunicando o posicionamento da Entidade nas duas Assembleias sobre o tema. No texto, a AMATRA-2 destaca: “Nesse contexto, é nossa função propor aos gestores de nosso Tribunal que encampem

essas ideias para a manutenção do bom clima organizacional na instituição”.

A AMATRA-2 acompanhará os estudos e se empenhará para a implantação do que foi decidido em AGE.



### TRT-2 RECEBE SELO OURO DO CNJ

O TRT-2 recebeu o Selo Justiça em Números na categoria Ouro durante o 12º Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrido entre os dias 3 e 4 de dezembro de 2018, em Foz do Iguaçu (PR). O selo é mais um reconhecimento do esforço e do trabalho realizado diariamente pelos Magistrados da maior corte regional trabalhista do país.

### REVISTA JURÍDICA VAI HOMENAGEAR PEDRO CARLOS SAMPAIO GARCIA

A próxima edição da Revista Jurídica da Escola da AMATRA-2, de número 12, será especial. Ela terá como tema o primeiro ano de reforma trabalhista e será editada em homenagem ao Magistrado Desembargador aposentado Pedro Carlos Sampaio Garcia.

Quem quiser colaborar com a publicação deve enviar sua sentença, acórdão ou artigo (em formato Word) relacionados à Lei 13.467/17 para o e-mail [jornalista@amatra2.org.br](mailto:jornalista@amatra2.org.br) até o dia 30 de janeiro de 2019.

O lançamento da revista está previsto para o mês de março.

## CNJ LIMITA AUXÍLIO- MORADIA

Após decisão do Conselho, recebimento do benefício fica restrito à comprovação do uso e da necessidade



MINISTRO LUIZ FUX, DO STF, REVOGOU SUA PRÓPRIA LIMINAR, EM VIGOR DESDE 2014

Em sessão deliberativa no dia 18 de dezembro de 2018, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) definiu novas regras para a utilização do auxílio-moradia em todo o país. Desde janeiro deste ano, receberão o benefício apenas os Magistrados que, por demanda do Poder Judiciário, forem designados para trabalhar em locais distintos daqueles de sua atuação original.

Mudanças de cidade por interesse do Magistrado ou por promoção na carreira

excluem esta possibilidade. Outra restrição é a necessidade de comprovação das despesas com a nova moradia para que o auxílio possa ser pago, ao contrário do que vinha ocorrendo.

### COM IMÓVEL

Também ficam excluídos do direito ao benefício os Juizes que possuam imóvel na cidade para a qual foram transferidos ou morem com outra pessoa que receba o auxílio ou que utilize imóvel funcional.

Uma estimativa divulgada pelo conselho prevê que apenas 1% dos cerca de 18 mil Magistrados na ativa em todo o país poderão receber o benefício, ou seja, cerca de 180 Juizes e Desembargadores. O auxílio-moradia era pago desde 2014 e foi revogado pelo Ministro Luiz Fux, que viabilizou o pagamento do benefício nas novas regras a partir de janeiro de 2019, quando o reajuste de salário dos Ministros do Supremo Tribunal Federal começará a ser pago.

## ESPORTE



### AMATRA-2 FICA EM SEGUNDO LUGAR NOS JOGOS NACIONAIS

A AMATRA-2 ficou em segundo lugar na classificação geral dos Jogos Nacionais da Anamatra 2018, realizados em Brasília entre 31 de outubro e 03 de novembro. Entre os bons resultados da delegação estão os primeiros lugares na natação - modalidade revezamento 4x50m misto - e no futebol Society masculino, além do primeiro lugar na corrida rústica da Associada Beatriz Fedrizzi Bernardon (foto). Nesta última modalidade, a Juíza se destacou na categoria até 39 anos, com o tempo bruto de 28min26s.



### A AMATRA-2 NAS REDES SOCIAIS

O ano de 2018 foi um marco para as redes sociais da AMATRA-2 (veja acima), com mais de 300 posts e vídeos publicados no período. A publicação com mais envolvimento foi a nota de repúdio às declarações do ex-Presidente do TST Ives Gandra Filho, que criticou uma suposta oposição de Magistrados à Reforma Trabalhista e o risco de que esta atitude levasse ao fim da Justiça do Trabalho.

MESA DE ABERTURA:  
DESEMBARGADORAS  
MARIA JOSÉ ORDOÑO  
E RILMA HEMETÉRIO,  
E A JUÍZA PATRÍCIA  
ALMEIDA RAMOS



## TRT-2 AMPLIA MEDIDAS DE INCLUSÃO E DE COMBATE AO RACISMO

Os temas foram discutidos em seminário sobre direito e racismo promovido pela Ejud-2 e AMATRA-2 em novembro. Outras iniciativas contra discriminação estão em desenvolvimento POR ALEXANDRE SACONI

O racismo, problema enfrentado diariamente em nossa sociedade, ganha novas frentes de combate no TRT-2. Durante o segundo semestre de 2018, três iniciativas passaram a fazer parte do cotidiano dos Magistrados.

Uma delas foi o 1º Seminário de Direito e Racismo do TRT-2, ocorrido em 23 de novembro no auditório do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa. A ideia partiu da Ejud-2, que convidou o Juiz Laércio Lopes Silva para ser o organizador e contou com o apoio da AMATRA-2.

“Nós, operadores do direito, precisamos reconhecer a necessidade de acolher e incluir os afro-descendentes. Precisamos ter o entendimento de que somos todos da raça humana”, afirmou a Presidente da Corte, Desembargadora Rilma Hemetério, em seu discurso de abertura do evento.

Na ocasião, a AMATRA-2 foi representada pela Juíza Patrícia Almeida Ramos, fazendo um discurso emocionado no qual lembrou a descendência escrava de sua família e lamentando que ainda exista racismo no país: “O racismo está nas veias do sangue da nossa sociedade”, afirmou.

No último painel, que teve como tema “As ações afirmativas como instrumentos de fomento da igualdade racial”, o palestrante foi Renato Janine Ribeiro, professor de ética e filosofia política da USP e Ministro da Educação no governo Dilma.

“Muita gente diz que as cotas raciais vão prejudicar os brancos pobres e que deveriam ser cotas sociais. Elas já são. As cotas étnicas são um subconjunto do todo

reservado a quem fez o ensino médio completo em escolas públicas ou que tenha renda mensal inferior a um salário-mínimo e meio por pessoa”, argumentou.

Outras duas iniciativas que nasceram nos últimos meses no TRT-2 consistem em grupos para debater e combater o racismo e outros tipos de discriminação. O primeiro, encabeçado pela Diretora de Prerrogativas da AMATRA-2, Patrícia Ramos, e pelos Juízes Laércio Lopes Silva e Ademar Rosa, surgiu após debates dentro da entidade.

### ALÉM DO TRIBUNAL

Para a Magistrada, o objetivo do grupo não se encerra dentro do Tribunal, mas é voltado para toda a sociedade. “Internamente, deliberamos ações que deverão se voltar para o público em geral”, destacou.

O grupo ainda está no começo, por isso os Magistrados interessados em fazer parte podem apenas entrar em contato com aqueles que já fazem parte do coletivo.

Outra iniciativa é o grupo denominado Igualdade e Diversidade, que integra o Comitê do Trabalho Decente e Seguro, já instituído no TRT-2. As discussões desenvolvidas neste outro coletivo tiveram início no

mês de dezembro, em reunião da Desembargadora Rilma Hemetério com a participação das Juízas Patrícia Ramos e Mylene Pereira Ramos, além da servidora Maria Aparecida Rosa Vargas. Também integra a equipe o Juiz Waldir dos Santos Ferro.

O grupo criará um canal para denúncias de assédio e discriminação, com garantia de sigilo. Para isso, serão estudadas experiências em órgãos públicos que já adotam a prática. Todas as iniciativas coadunam com o discurso de posse da Presidente da Corte, primeira mulher negra a presidir o maior Tribunal Trabalhista do país. “O meu, o seu, o nosso lugar é onde podemos estar, desde que não nos seja negado o acesso à boa educação e a todas as oportunidades, em igualdade de condições com os demais, sem distinção de qualquer natureza”, discursou Rilma à época.



A ESQ. RENATO JANINE RIBEIRO. ABAIXO, DA ESQ. PARA DIR., OS JUÍZES ADILSON JOSÉ MOREIRA, LAURA BENDA, MYLENE RAMOS SEIDL E LAÉRCIO LOPES DA SILVA





FOTOS: ANDY SHELL/SHUTTERSTOCK.COM

# O QUE VEM POR AÍ

O Ministério do Trabalho acabou no primeiro dia do novo governo, que deve aproveitar a legitimidade das urnas para tentar aprovar rapidamente a reforma da Previdência e, quem sabe, extinguir a Justiça do Trabalho. Será?

Para muita gente, 2018 foi um ano para se esquecer. No período eleitoral iniciado formalmente em agosto, logo depois da Copa do Mundo da Rússia, muitas amizades foram desfeitas, famílias brigaram e se conheceu na prática os efeitos das redes sociais nos ânimos e humores do brasileiro. No entanto, 2019 pode deixar o país com saudade do ano anterior. Executivo e Legislativo terão na pauta de discussão e negociação um ponto nevrálgico nesta relação: a reforma da Previdência. Deputados e Senadores eleitos em outubro iniciam seus mandatos no dia 05 de fevereiro, data a partir da qual o governo do Presidente recém-empossado, Jair Messias Bolsonaro, deve enviar para o Congresso Nacional uma proposta para mudar o sistema que garante a milhões de brasileiros, após anos de trabalho, a aposentadoria. Entre eles, servidores públicos de diferentes carreiras, como a Magistratura.

No primeiro dia do ano de 2019, o novo governo, legitimado pela maioria de votos na eleição do ano passado, tomou

posse. Logo depois da solenidade no Palácio do Planalto, uma edição extra do Diário Oficial da União sacramentou a extinção do Ministério do Trabalho, pasta criada em novembro de 1930 por Getúlio Vargas e que, apesar das diversas nomenclaturas que teve nestes 88 anos de existência, sempre foi um Ministério.

## “TEMERÁRIA”

A Medida Provisória 870, assinada pelo Presidente da República, reorganizou a estrutura administrativa do Governo Federal e em seu conteúdo distribuiu secretarias e diretorias do antigo Ministério por outras três pastas – Justiça e Segurança Pública, Economia e Cidadania. Em menos de dez dias, a forma escolhida pelo Executivo para extinguir o ministério criado na Era Vargas foi questionada por duas ações no Supremo Tribunal Federal (STF), que por meio de seu Presidente, o Ministro Dias Toffoli, extinguiu a primeira, impetrada pela FENADV e AATSP, por ilegitimidade, e a segunda, do PDT, ele preferiu aguardar a volta do recesso da Justiça para decisão liminar de mérito.

Em novembro, quando veio à público a ideia de extinção do Ministério do Trabalho, várias entidades da sociedade civil se manifestaram contra a medida. A AMATRA-2, em conjunto com AMATRA-15, Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de São Paulo), Sindiquinze (Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região) e AATSP (Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo) divulgaram nota pública na qual definiram a hipótese como “temerária”. Após a repercussão da proposta, Bolsonaro parecia ter desistido da ideia, concretizada, contudo, no primeiro dia de seu governo.

## DOIS DISCURSOS

No terceiro dia do ano, uma entrevista do Presidente da República ao SBT, a primeira após sua posse no cargo, causou estardalhaço no mercado financeiro e fez com que o Ministro da Casa Civil, Onix Lorenzoni, desse uma entrevista para tentar aplacar os ânimos no que tangia principalmente à reforma da Previdência. “A boa reforma é aquela que passa na Câmara

e no Senado, não a que está na minha cabeça ou da equipe econômica”, afirmou o Presidente logo no início da entrevista, conduzida pelo jornalista Carlos Nascimento e com a participação de outros dois repórteres da emissora, Débora Bergamasco e Thiago Nolasco.

Na ocasião, o Presidente explicou que a ideia da proposta seria fixar a idade mínima para aposentadoria de 62 anos para os homens e 57 para as mulheres. De acordo com Bolsonaro, a idade mínima aumentaria um ano a partir da promulgação e outro ano a partir de 2022. “O futuro Presidente, entre 2023 e 2028, reavaliaria a situação”, completou. Ao ser questionado sobre a Previdência pública, o chefe do Executivo disse que é a que mais pesa no orçamento da União, mas descartou a possibilidade de aumentar a alíquota descontada nos salários dos servidores.

Segundo os jornais, a equipe econômica do novo governo, liderada pelo Ministro Paulo Guedes, tem trabalhado com uma reforma mais robusta do que as mudanças esboçadas por Bolsonaro na entrevista ao SBT. No caso da idade mínima, a proposta da área técnica é a implantação de uma idade mínima de 62 ou 63 anos para as mulheres e 65 para os homens ao final de um período de transição que seria menor do que o previsto na PEC enviada ao Congresso pelo ex-presidente Michel Temer – entre dez e 12 anos.

## LUTA NO CONGRESSO

O Presidente deve receber o anteprojeto da reforma da Previdência antes do final deste mês, mas só deve encaminhar para o Congresso quando o parlamento voltar do recesso e deputados e senado-

res assumirem seus mandatos. Do ponto de vista político, além de contar com a renovação do parlamento após a eleição de 2018 – 47,37% na Câmara e estratosféricos 85,19% no Senado –, o Executivo tem articulado uma aproximação com o atual Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, e tudo indica que deve apoiá-lo para reeleição. No Senado, a briga é mais intensa e só deve estar mais fechada perto do início dos trabalhos legislativos. Outra estratégia do governo, foi nomear o ex-deputado Rogério Marinho, relator da reforma trabalhista em 2017, como secretário Nacional da Previdência por seu bom trânsito entre congressistas. O ex-parlamentar, do PSDB, não conseguiu se eleger em seu estado, o Rio Grande do Norte.

## E A JUSTIÇA DO TRABALHO?

Na mesma entrevista concedida ao SBT, Jair Bolsonaro foi perguntado se pretendia enviar ao Congresso Nacional uma proposta para acabar com a Justiça do Trabalho. A resposta do Presidente foi: “Isso daí, a gente poderia até fazer, está sendo estudado, em havendo clima, nós poderemos discutir essa proposta e mandar pra frente”, disse. Em sua declaração aos jornalistas da emissora, o chefe do Executivo questionou em “Qual país do mundo tem” Justiça do Trabalho e defendeu que esses conflitos deveriam ser resolvidos pela Justiça comum. “Temos mais ações trabalhistas do que o mundo todo junto. Então algo está errado. É o excesso de proteção”, afirmou.

As reações à declaração do Presidente da República pipocaram no dia seguinte à entrevista. Entre as entidades que se manifestaram publicamente, estão a a Frente



LOGO DO MOVIMENTO: REÚNE MAGISTRADOS, SERVIDORES, ADVOGADOS E SOCIEDADE CIVIL

tas (Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público) e a AMATRA-2, entre outras. “As declarações de início de mandato do Presidente da República merecem maior reflexão e conhecimento sobre o tema, porque não há como conceber a evolução de uma ideia contrária aos interesses de toda a Pátria brasileira”, concluiu o texto assinado pelo Presidente da AMATRA-2, Farley Ferreira.

## MOVIMENTO

Na mesma nota, o dirigente da entidade convidou a todos os integrantes da Magistratura e sociedade civil para participarem do Ato em Defesa da Justiça do Trabalho, previsto para acontecer em frente ao Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, em São Paulo, no dia 21 de janeiro [depois do fechamento desta edição do Magistratura e Trabalho]. A declaração de Bolsonaro impulsionou o ato organizado em conjunto pelo Movimento em Defesa da Justiça do Trabalho encabeçado, além da AMATRA-2, pela Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo (AATSP), Federação Nacional dos Advogados (FENADV), MATI (Movimento dos Advogados Trabalhistas Independentes) e Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo), além de contar com o apoio institucional de mais de 20 entidades, incluindo as AMATRAS 1, 3, 4, 6, 7, 9, 14, 15, 18, 24.

Como escreveu o Presidente Farley Ferreira no editorial desta edição (página 02): “Assim, 2019 começa com tensão ao máximo, em que todos os Magistrados precisam colaborar para fortalecer o trabalho associativo. A esse desiderato, não basta apenas dirigentes de classe se empenharem, porque precisamos de TODOS!”.



“A GENTE PODE ATÉ FAZER”, RESPONDEU O PRESIDENTE BOLSONARO SOBRE EXTIÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM ENTREVISTA NA TV

PRIMEIRA ENTREVISTA APÓS A POSSE  
Presidente Jair Bolsonaro fala ao SBT





NA MESA DE ABERTURA (DA ESQ. PARA DIR.): JUIZ FARLEY RODRIGUES FERREIRA, PRESIDENTE DA AMATRA-2, DESEMBARGADORA RILMA HEMETÉRIO, PRESIDENTE DO TRT-2, DESEMBARGADORA MARIA JOSÉ BIGHETTI ORDOÑO REBELLO, MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DA Ejud-2, E JUIZ MARCOS SCALÉRCIO, DIRETOR DE DIREITOS HUMANOS DA AMATRA-2

## O QUE DIZER DA REFORMA TRABALHISTA APÓS UM ANO?

Em seminário organizado em parceria da AMATRA-2 e Ejud-2, Magistrados analisaram os impactos da Lei 13.467/17 no universo do trabalho e emprego

POR ALEXANDRE SACONI

Centenas de participantes lotaram o auditório do Fórum Ruy Barbosa no último dia 30 de novembro para acompanhar as palestras do seminário “Um ano de vigência da reforma trabalhista – análise crítica do impacto na CLT”, organizado em uma parceria da AMATRA-2 com a Escola Judicial do TRT da 2ª Região (Ejud-2)..

A mesa de abertura foi composta pela Desembargadora Rilma Hemetério, Presidente do TRT-2, o Juiz Farley Rodri-

gues Ferreira, Presidente da AMATRA-2, a Desembargadora Maria José Bighetti Ordoño Rebello, membro do Conselho Consultivo da Ejud-2, e o Juiz Marcos Scalércio, diretor de Direitos Humanos da AMATRA-2.

Após os agradecimentos à presença de todos, feitos pela Presidente da Corte, a Desembargadora Maria José destacou que “o número de ações trabalhistas diminuiu porque o número de empregos também diminuiu. [...] Mais por uma

questão de crise econômica do que por medo de se entrar com uma ação”.

Em seguida, teve início a primeira palestra do dia, ministrada pelo Juiz Farley Ferreira. Em sua fala, ele abordou gratuidade judicial, honorários de sucumbência e honorários periciais. Em mesa presidida pela diretora de Prerrogativas e ex-Presidente da Amatra-2, Juíza Patrícia Almeida Ramos e que teve como debatedor o Juiz e ex-Presidente da AMATRA-2 e atual diretor de Assuntos Legislativos, Fábio Ribeiro da Rocha.

O atual Presidente da entidade defendeu em sua exposição, que as divergências entre as decisões proferidas por Magistrados são naturais. “Estamos, de certa forma, reconstruindo o direito do trabalho”, afirmou. Farley Ferreira reforçou que uma ciência jurídica não se faz da noite para o dia e que é necessária uma reflexão e compreensão dos Juízes quanto ao papel dos advogados, as-

sim como quanto aos servidores e vice-versa.

Fábio Rocha reconheceu a necessidade de em se fazer uma reforma trabalhista, mas criticou a maneira como as mudanças na CLT foram feitas. “Não se aplica uma lei de forma isolada. É preciso analisá-la dentro do ordenamento jurídico. Caso isso ocorra, vamos fechar os demais códigos e usar apenas a Lei nº 13.467/17. Dessa maneira, nem vamos mais fazer esse seminário ano que vem”, enfatizou o Juiz.

O segundo painel abordou o tema “desconsideração da personalidade jurídica, sócios, sucessão, grupo econômico e execução de ofício”. A mesa foi presidida pela atual Diretora Secretária da Amatra-2, Juíza Raquel Marcos Simões, teve como palestrante o Juiz Mauro Schiavi e como debatedora a Juíza auxiliar da Corregedoria Erotilde Ribeiro dos Santos Minharro.

Schiavi destacou que as alterações trazidas pela nova legislação mudaram a relação dos agentes do direito com a lei. “A Reforma Trabalhista trouxe alterações muito agressivas ao processo, e atingiu fortemente os menos favorecidos. A partir destas mudanças, a relação de Juízes e advogados com o CPC, que sempre foi tensa, parece ter se tornado uma relação de amizade bem mais intensa”, disse.

Erotilde defendeu que é preciso uma nova visão por parte do advogado diante dos novos desafios impostos. “A Reforma existe e está aí, foi declarada constitucional. Precisamos pensar no que é possível fazer para que isso, que parece um limão, possa ser transformado em uma caipirinha”, defendeu.

O terceiro painel teve como palestrantes os Juízes Marcos Scalércio e Rui Cesar Publio Borges Corrêa, em mesa presidida pelo Juiz Fábio Rocha.

Scalércio criticou o tabelamento das indenizações, defendendo que a reparação por danos extrapatrimoniais possa usar como referência outras fontes. “Se você parar para pensar sobre o pior dos danos, a morte, o teto da indenização é 50 vezes o último salário do trabalhador. Será que a vida de alguém se limita a 50 vezes o salário que essa pessoa recebia? Eu acho que não”, afirmou.

Em seguida, Rui Cesar Corrêa defendeu a segurança jurídica, que pode ser



ACIMA: AS JUÍZAS EROTILDE RIBEIRO DOS SANTOS MINHARRO E RAQUEL MARCOS SIMÕES E O JUIZ MAURO SCHIAVI. A DIREITA: OS JUÍZES RUI CESAR PUBLICO BORGES CORRÊA, FÁBIO ROCHA E MARCOS SCALÉRCIO. ABAIXO: O JUIZ EDUARDO ROCKENBACH PIRES, A DESEMBARGADORA APOSENTADA ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA E O JUIZ ANDRÉ EDUARDO FORSTER ARAÚJO



atingida com um eventual tabelamento da indenização. “Eu defendo uma reparação, se fazendo necessário haver um caráter punitivo e educativo na indenização, mas não consigo me afastar da ideia da segurança jurídica. Um investidor querendo vir ao Brasil não pode ter receio quanto aos reflexos da insegurança causada pelas decisões judiciais no país”, defendeu o Magistrado.

O painel seguinte contou com as palestras dos Juízes e diretores da Amatra-2, Eduardo Rockenbach Pires e André Eduardo Forster Araújo, em mesa presidida pela Desembargadora aposentada e diretora da Amatra-2 Ana Maria Contrucci Brito Silva. Na pauta da mesa: terceirização. Rockenbach lembrou que os terceirizados são os que mais sofrem acidentes e que, quando sofrem acidentes, as chances de estes serem fatais são maiores. “É preciso avaliar a terceirização do ponto de vista deste terceirizado”, destacou o Magistrado.

Dorster relatou a questão do ônus da prova envolvendo entes públicos e a jurisprudência do STF. “A meu ver, o ônus

da prova é do ente público, e não do trabalhador. O STF ainda não se posicionou definitivamente sobre o tema e, caso o trabalhador tenha de fazer isso, se torna uma ‘prova diabólica’”, definiu.

O período da tarde teve a primeira mesa presidida pela Desembargadora Ivete Ribeiro e como palestrantes o Juiz e diretor da Amatra-2, Leonardo Aliaga Betti e o Juiz aposentado André Cremonesi, que falaram sobre a flexibilização das relações de trabalho e o papel do sindicato na negociação coletiva.

Em sua fala, Cremonesi criticou pontos da flexibilização das relações de trabalho. “O Juiz é um poste? E se uma cláusula do acordo [de negociação coletiva] for inconstitucional? Ele não pode se manifestar?”, ponderou.

Betti também foi crítico à flexibilização, que apontou ser algo unilateral. “Sempre que se fala em flexibilização, se fala em flexibilização de um dos lados, do lado do trabalhador. Nunca se fala em flexibilização do empregador”, pontuou.

O sexto painel do dia teve como tema a jornada 12x36, intervalo intrajornada



A PRIMEIRA MESA DO DIA TEVE A PARTICIPAÇÃO DE DOIS EX-PRESIDENTES DA AMATRA-2, OS JUÍZES FÁBIO ROCHA E PATRÍCIA RAMOS, E DO ATUAL PRESIDENTE, JUIZ FARLEY FERREIRA



ACIMA: OS JUÍZES WALTER ROSATI VEGAS JUNIOR, FÁBIO AUGUSTO BRANDA E MAURÍCIO PEREIRA SIMÕES. À ESQUERDA: A JUÍZA THERESA CHRISTINA NAHAS. À DIREITA: O JUIZ JOSLEY SOARES COSTA.



e compensação, em mesa presidida pelo Juiz e diretor de Esportes da Amatra-2, Frederico Monacci Cerutti e como palestrantes a Juíza Thereza Christina Nahas e o Juiz Josley Soares Costa.

Em sua fala, Thereza apontou diversas questões que têm impacto sobre a vida do trabalhador, como a jornada 12X36. “Estes trabalhadores acabam tendo dois empregos porque a renda é achatada, é muito pouca e, para compensar, acabam tendo a jornada extenuante”, completou.

Josley, por sua vez, usou de seu bom-humor para rebater boatos sobre o fim da Justiça Laboral. “Diziam que a Justiça do Trabalho ia acabar. Os nossos corações têm de ser firmes. Houve uma queda no número de ações, mas acho que elas estão dormindo em alguma gaveta velha por aí, e em 2019 as coisas vão voltar ao rumo”, disse.

A penúltima mesa do seminário teve como palestrante o Juiz Maurício Pereira Simões, que abordou os temas petição inicial, revelia e exceção de incompetência. Como debatedor, participou o Juiz Walter Rosati Vegas Junior e, como Presidente da mesa, o juiz Fábio Augusto Branda.

Simões criticou a postura de alguns advogados que acham que estão beneficiando o Magistrado com o seu trabalho. “Eu detesto quando sentam os ad-

vogados na minha sala de audiência e dizem que me fizeram um favor, pois fecharam um acordo. Não é isso que ocorre. Nosso trabalho vai além disso”, criticou.

Rosati brincou sobre as novas tecnologias utilizadas no dia-a-dia dos Juízes. “Desde que surgiu um Power Point há alguns anos ligando algumas provas a uma certa pessoa, alguns advogados se acharam no direito de colocar enormes



ACIMA: O JUIZ LEONARDO ALIAGA BETTI, A DESEMBARGADORA IVETE RIBEIRO E O JUIZ APOSENTADO ANDRÉ CREMONESI. À DIREITA: O JUIZ RENATO SABINO CARVALHO FILHO, A DESEMBARGADORA SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO E O MINISTRO APOSENTADO DO TST PEDRO PAULO TEIXEIRA MANUS



setas no PJ-e para chamar a atenção do Magistrado. Não façam isso, por favor”, disse, arrancando risos da plateia.

O último painel do seminário teve como palestrante o Ministro aposentado do TST (Tribunal Superior do Trabalho) Pedro Paulo Teixeira Manus, que falou sobre uniformização da jurisprudência após a Reforma Trabalhista, súmula e ativismo judicial, em mesa que contou com a presidência da Desembargadora Silvana Abramo Margherito Ariano, da Comissão de Magistrados de 1o e 2o Grau da AMATRA-2, e como debatedor, o Juiz Renato Sabino Carvalho Filho.

Manus destacou a importância da primeira instância e seu valor no ordenamento jurídico, apontando que é “ali que se faz a jurisprudência”. O Ministro também apontou que a interpretação definitiva da lei é o papel do TST, e que é essa a função do colegiado.

Sabino rebateu as críticas de que a lei poderia impedir o TST de criar a sua própria jurisprudência. “Se o TST cria uma súmula da qual se diz que esta acaba criando direitos, sendo o TST o guardião do Direito Trabalhista, ele pode fazê-lo. E isso não estaria correto?”, disse provocando os presentes.

Em seguida, o evento foi encerrado com a homenagem e a fala feita pelo Presidente da Amatra-2, o Juiz Farley Ferreira, que agradeceu a todos os presentes.

# DICAS DE CULTURA POR

## MARCELO AZEVEDO CHAMONE

JUIZ SUBSTITUTO EM SÃO PAULO E AUTOR DO LIVRO "RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE EMPREGO POR ACIDENTE OU DOENÇA RELACIONADOS AO TRABALHO"

\* Em toda edição, um novo convidado escreve para a coluna



### A CHEGADA (2016)

O roteiro do filme é baseado no conto *Story of Your Life*, do escritor norte-americano Ted Chiang, e conta a história de uma linguista recrutada por militares dos EUA para estabelecer comunicação com seres extraterrestres que, com suas naves aparentemente pacíficas, se posicionam sobre a Terra. Desenvolvendo-se a partir do relativismo linguístico, a produção pretende mostrar como as pessoas lidam com o inevitável. O diretor canadense Denis Villeneuve usa a hipótese Sapir-Whorf para postular que os seres humanos vivem de acordo com as suas culturas, em universos mentais distintos expressos (e determinados) pela língua que utilizam. De acordo com esta teoria, o conhecimento das estruturas de uma língua permite uma imersão na concepção de mundo correspondente. - Onde assistir: canal por assinatura - HBO

FOTOS: DIVULGAÇÃO



### AQUÁRIO MUNICIPAL DE SANTOS

O Aquário Municipal de Santos é o mais antigo do país. Inaugurado em 1945, desde então passou por diversas reformas e hoje abriga cerca de 4 mil animais de 150 espécies - desde pequenos invertebrados até mamíferos marinhos - espalhados em 31 tanques, um deles com 100m<sup>2</sup>, abrigando diversos tubarões-lixia, arraias e uma variedade de peixes. Há também tanques com tartarugas, pinguins, e um leão-marinho. **Mais informações:** [www.vivasantos.com.br/aquario](http://www.vivasantos.com.br/aquario)



### ASTRONOMIA NO VERDE

O Astronomia no Verde é um projeto que busca a divulgação e o ensino da astronomia para leigos em meio à natureza, num sítio localizado na Serra do Japi (Jundiaí), num local agradável e acolhedor. A programação inclui palestras sobre temas ligados à astronomia e atividades como observações do sol e do céu noturno a olho nu e com telescópio, camping com observação na madrugada, oficinas de astronomia para crianças, bem como trilhas monitoradas. **Mais informações:** [astronomianoverde.com.br](http://astronomianoverde.com.br)



### HISTÓRIA DA RIQUEZA DO HOMEM, DE LEO HUBERMAN

Este livro é uma tentativa de explicar a história pela teoria econômica e a teoria econômica pela história. A leitura remete ao desenvolvimento da sociedade impulsionado por sangue, revoluções, traições e pactos selados, principalmente, por homens de visão. O livro tornou-se um clássico, cobrindo a saga da economia mundial desde a Idade Média até o nascimento do nazifascismo. A edição brasileira atual foi ampliada, trazendo dois capítulos assinados pela historiadora Marcia Guerra, cobrindo a era iniciada pela 2ª Guerra Mundial.



## ELE NÃO QUER SABER DE “DOLCE FAR NIENTE”

**André Cremonesi** trabalhou durante 42 anos, pegou dois pedágios por causa de mudanças nas regras previdenciárias, mas há um ano e quatro meses decidiu se aposentar. Mesmo assim, não pensa em hobbies nem descanso. Ele quer produzir!



VARDEL COMUNICAÇÃO

A Lei nº 13.467 foi promulgada em julho de 2017 e entrou em vigor em novembro do mesmo ano. Entre uma data e outra, no mês de setembro, o Juiz André Cremonesi, na época com 58 anos de idade, 42 anos e meio de serviço – 15 dos quais na Magistratura do Trabalho – se aposentou. De lá para cá, ele pôde, finalmente, dedicar-se a um hobby ou simplesmente desfrutar do que seus antepassados italianos chamam de “dolce far niente”, ou seja, aquela prática do não fazer nada sem preocupação, o ócio sem culpa, certo? De jeito nenhum. “Há mais de um ano estou estudando a reforma trabalhista, mas as coisas vão mudando com a

jurisprudência e eu ainda não consegui parar de estudar, de analisar, de ler a respeito”, explica Cremonesi, que ordenou recentemente a edição de um livro, lançado em novembro, sobre as mudanças trazidas pela nova lei.

“É interessante e, ao mesmo tempo, preocupante pensar que a profissão de uma criança que está nascendo hoje ainda não exista.”

O Juiz Aposentado começou a trabalhar aos 15 anos e, conforme a lei assegurava, após 35 anos em atividade poderia parar. A legislação, entretanto, foi mudando e esticando esse tempo. Cremonesi passou por dois pedágios determinados pelas Emendas Constitucionais 20 e 41, e se aposentou pela Emenda 47, de 2005, que autorizava a aposentadoria com menos de 60 anos de idade, mas exigia 15 anos de exercício efetivo no cargo. “Embora muita gente costume dizer, ‘mas você é tão novo para se aposentar, apenas 58 anos’, eu já tinha trabalhado 42 anos e meio – 15 e meio como Juiz e desde 2004 acumulando a docência com a Magistra-

tura. É uma carga muito pesada manter as duas atividades simultaneamente”. A graduação em direito, pela Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU), ocorreu em 1994, e foi complementada com um mestrado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), concluído em 2003. Antes, Cremonesi se graduou em Ciências Contábeis, curso que o credenciou, por meio de concurso público, a ser fiscal de contribuições previdenciárias, carreira unificada mais tarde com a de auditor da Receita Federal. A experiência abriu caminho para o direito trabalhista, área com a qual tinha muito contato na rotina como fiscal. Em 1998, ingressou no Ministério Público do Trabalho como Procurador, e em 2002, já com uma vivência acumulada, deixou o MPT para ser Juiz do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Seu quarto concurso. A carreira pública começou em 1985, quando fez provas para o Tribunal de Justiça de São Paulo. Antes, trabalhou por quase dez anos na iniciativa privada

Cremonesi é paulistano e neto de italianos. O pai, mecânico de máquinas, era de Jaú, cidade do interior paulista e filho de imigrantes que desembarcaram no Porto de Santos no finalzinho do século XIX. A mãe, nascida em Torrinha, cidade do interior paulista com cerca de 10 mil habitantes, foi dona de casa enquanto o marido estava vivo. Os dois se conheceram em São Paulo e se casaram em 1952 quando ela tinha apenas 19 anos. Viúva e com quatro filhos para sustentar – André, mais dois irmãos e uma irmã – se tornou costureira.

### PASSADO E FUTURO

“Quando eu comecei a trabalhar, em 1975, o pessoal entrava num emprego, saía e uma semana depois estava em outro”, relembra o Juiz Aposentado para falar de suas preocupações com o mercado de trabalho na atualidade. “O máximo que eu fiquei desempregado foram 28 dias, enquanto eu trabalhava na iniciativa privada. Hoje, as pessoas ficam dois, três anos”, afirma.

“É interessante e, ao mesmo tempo, preocupante pensar que a profissão de uma criança que está nascendo hoje ainda não existe”, diz ao se referir ao impacto da tecnologia em muitas das mudanças que vem ocorrendo no mer-

cado de trabalho. Além disso, comenta, as formas de relacionamento entre capital e trabalho tendem a mudar ainda mais e mais rápido. “Está me parecendo que o empregado com registro em carteira vai ser o trabalhador de primeira categoria, primeiro nível, já os outros...”, interrompe pensativo.

### JUSTIÇA DO TRABALHO

“Não podemos olhar apenas para a nossa posição social – ‘sou aposentado, tenho renda’. Nós temos hoje 12 milhões de desempregados, já chegamos a 14 milhões, então não tem como não ficar preocupado”, diz. As consequências da reforma trabalhista neste cenário de pouco emprego, para ele, são “particularmente preocupantes. Na minha opi-

“Embora muita gente costume dizer, ‘mas você é tão novo para se aposentar’, eu já tinha trabalhado 42 anos e meio - 15 e meio como Juiz e desde 2004 acumulando a docência com a Magistratura. É uma carga muito pesada manter as duas atividades simultaneamente.”

nião, tem várias inconstitucionalidades e ainda serão objeto de discussão por anos”. Cremonesi acredita que vai demorar muito até uma jurisprudência se firmar no contexto da reforma.

Nesse aspecto, ele defende com unhas e dentes a Justiça do Trabalho. “O direito do trabalho é um instrumento de pacificação social. A relação empregado-empregador é muito complexa e as instituições como a Justiça do Trabalho são o meio para atingir essa paz. Assim como o Ministério Público e o próprio Ministério do Trabalho, que o Presidente (Bolsonaro) resolveu extinguir e incorporar atribuições em outras pastas”, analisa o Juiz Aposentado.

De acordo com as normas constitucionais, Cremonesi ainda está em quarentena, ou seja, não pode advogar durante três anos na região na qual atuou como Magistrado. Até lá, tem dado aulas no curso de graduação da Universidade São Judas Tadeu e também na Escola Paulista de Direito e lido tudo sobre reforma trabalhista.

Com a esposa, Liliane Conceição Macedo, que conheceu no Tribunal, tem o projeto de morar em Goiânia, terra dela e que ele gosta muito. Na cidade, eles têm um apartamento e com a tecnologia do jeito que está hoje, Liliane, que é servidora do TRT-2, poderia trabalhar à distância - um paradoxo, já que a mesma tecnologia que fecha postos de trabalho, abre possibilidades antes impensáveis. Pelas normas em vigor, a quarentena do Juiz Aposentado acaba em setembro de 2020 e se quiser ir para Goiânia, ele também se beneficiará do trabalho online.

### E AGORA?

“Estou feliz. Tomei a decisão certa”, afirma o Juiz Aposentado. “Excluídas as limitações da quarentena, eu posso advogar, aumentar a carga horária da universidade, aumentar o número de palestras, dar aulas em curso de pós-graduação. Estou numa idade produtiva”, completa. E por falar em educação, Cremonesi diz tratar-se de uma de suas preocupações atuais. “O nível da graduação [em direito] caiu muito, os alunos não estudam”, lamenta.

Não dá para não perceber a paixão do Magistrado pelo direito. Hobbies: “não... eu gosto de ler, leio muito”. A reportagem do Magistrado e Trabalho pergunta então: “alguma sugestão de leitura para os seus colegas?”, enquanto reflete e admite que literatura, romances, ficção não são seu passatempo preferido. “Gosto de acompanhar o noticiário, amanheço e vou dormir com o computador ligado, sempre lendo sobre direito, mais livros técnicos”. “E de onde vem essa paixão pelo direito, alguma influência familiar?”, perguntamos. “Não. No núcleo familiar ninguém”, diz. E insistimos em saber o hobby: “quero me aprofundar em inglês”, resume o Juiz Aposentado, pai do advogado público Maurício Moraes Cremonesi, seu filho único, fruto do primeiro casamento.

# ACONTECEU

## CRIANÇAS, PAIS, MÃES E PAPAÍ NOEL ESTILIZADO: FESTA DE NATAL DA AMATRA

Após consulta aos Associados, pela primeira vez a entidade promoveu uma confraternização de Natal reunindo Magistrados, Magistradas e suas famílias

Em um clima bem descontraído, cerca de 70 pessoas, entre Magistrados e seus familiares, participaram da primeira confraternização de Natal da AMATRA-2, realizada no dia 1º de dezembro de 2018, no Espaço Requite Campestre, em São Bernardo do Campo (SP).

Esta celebração é inédita no âmbito da entidade e tornou-se realidade após a realização de uma consulta de interesse interna, que contou com o voto de 130 Associados. O número final de participantes superou o mínimo para que o evento fosse realizado, que era de, pelo menos, 60 adesões.

Durante o evento, que durou das 10h às 18h, os participantes contaram com café

da manhã e, em seguida, um churrasco. Apesar do dia chuvoso, alguns curtiram a piscina e o campo de futebol. Um outro grupo composto por crianças aproveitou a piscina de bolinhas, o pula-pula, além da sala de jogos.

Em um salão decorado com a temática natalina e ao lado de uma grande árvore de Natal ornamentada, os participantes puderam tirar fotos ao lado do Papai Noel, especialmente vestido de azul, a cor da AMATRA-2. Todos também receberam lembrancinhas diretamente das mãos do bom velhinho. Ao final do evento, foram sorteados presentes para os Magistrados e seus familiares. Os mais disputados foram as cinco cestas de Natal da marca Copenhagen.

PARA VER TODAS AS FOTOS DO NATAL AMATRA-2, ACESSE A INTRANET NO SITE [WWW.AMATRA2.ORG.BR](http://WWW.AMATRA2.ORG.BR)



OS GANHADORES DA CESTA DE NATAL RECEBERAM O PRÊMIO DO PRESIDENTE DA AMATRA-2, FARLEY FERREIRA. ENTRE OS CINCO, ESTAVAM AS JUÍZAS ANDREA RENDEIRO COM A FILHA (À ESQ.) E SOLANGE GALLO BISI COM O FILHO (À DIR.)



# ACONTECEU

## JANTAR ANUAL AMATRA-2

# ALEGRIA PARA FECHAR 2018

Este ano, a confraternização dos Magistrados do TRT-2 aconteceu no contemporâneo espaço do Hotel Unique ao som da banda Chapéu da Máfia, que mistura clássico e popular. A noite ainda teve direito a prêmios





## MASSAGEM E ANGRA PARA RELAXAR

Por alguns instantes, a banda parou de tocar. O presidente da AMATRA-2, Juiz Farley Rodrigues Ferreira, subiu ao palco, fez um breve discurso e apresentou a plateia de colegas ao lado da Diretora Social, a Juíza Tatiana Maranesi, com um sorteio. Além de cinco vales-massagem em um dos endereços da rede de clínicas de

estética Siluets, os Juízes Samir Soubhia (foto) e Gustavo Campos Padovese foram premiados com um voucher que dá direito a um final de semana no Hotel Fasano em Angra dos Reis, um dos endereços mais sofisticados da hotelaria nacional. Após o sorteio, o jantar foi servido e a "Chapéu da Máfia" voltou a tocar. Que venha 2019!



PARA VER TODAS AS FOTOS DO JANTAR ANUAL, ACESSE A INTRANET NO SITE [WWW.AMATRA2.ORG.BR](http://WWW.AMATRA2.ORG.BR)

## PILATES, NUTRICIONISTA, IDIOMAS, TURISMO E FOTOGRAFIA

A diretoria de Benefícios da AMATRA-2 fechou sete novos convênios com descontos para os Associados e seus dependentes

### AMPLITUDE VIAGEM E TURISMO

A agência oferece a partir de 6% de desconto sobre os valores do site <http://amplitude.tur.br> para Associados e seus dependentes. Endereço: Avenida Antártico, 381 – Conjunto 118 – Jardim do Mar – São Bernardo do Campo ou ligue para (11) 4391.9090

### AGÊNCIA PINHEIROS – CORRETORA DE SEGUROS

A antiga Fontana Seguros oferece condições especiais aos Associados e seus dependentes em seguros de vida, saúde, viagem, fiança locatícia, de residências e equipamentos. Para tirar dúvidas e pedir cotações, acesse: <http://agenciaseguros.com.br/produtos/amatra/>

### AQUÁRIO DE SÃO PAULO E CIDADE DA CRIANÇA

Na parceria com os dois centros de entretenimento infantil, Associados e seus dependentes têm 10% de desconto sobre o valor dos ingressos dos parques adquiridos no hotsite [www.aquariodesp.com.br/amatra2/](http://www.aquariodesp.com.br/amatra2/), utilizando a senha E0226V. Mais informações pelo telefone: (11) 2273.5500 – opção 4

### REDE DE HOTÉIS TRAVEL INN

Tarifas diferenciadas em todas as unidades da rede em São Paulo (Vila Olímpia, Vila Clementino, Higienópolis e Jardins), Jundiaí, Campinas e Marília. <http://travelinn.com.br>

### MACKENZIE LANGUAGE CENTER

O centro de idiomas da Universidade Mackenzie oferece descontos de 15% em todas as parcelas, inclusive na matrícula, nos cursos presenciais de inglês, espanhol, francês, alemão e português. Para saber mais acesse [www.mackenzie.br/mackenzie-language-center/empresas-conveniadas/](http://www.mackenzie.br/mackenzie-language-center/empresas-conveniadas/) ou ligue para (11) 2114.8704



### PURE PILATES

Os Associados podem ter de 5% a 10% de desconto, dependendo do plano – anual, mensal, trimestral. O benefício é oferecido com a apresentação de qualquer documento que demonstre o vínculo com a AMATRA-2. Para saber mais sobre o estúdio de pilates, acesse [www.purepilates.com.br](http://www.purepilates.com.br)

### INSTITUTO CULTURAL ITALO-BRASILEIRO

Desconto de 30% no valor total do módulo de qualquer curso de língua italiana. Válido para Associados, cônjuges e filhos. [www.icib.com.br](http://www.icib.com.br)

### JULIANA PALEZI FOTOGRAFIA

O estúdio possui pacotes para batizado, ensaios da família, gestante e bebê, festas infantis e de família. Associados recebem desconto de 10% em pacotes que incluem ou não álbum, dividindo o pagamento. Juliana tem como característica de seu trabalho o uso de luz natural e do ambiente real da família. Para conhecer o trabalho da fotógrafa acesse: <http://vimeo.com/julianapalezifotografia> ou o site [www.julianapalezi.com.br](http://www.julianapalezi.com.br)

### MARCELLA LEDO DERMATOLOGIA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos para Associados e dependentes nas unidades de Jundiaí e no bairro do Itaim Bibi. Mais informações: [www.marcellaledo.com.br](http://www.marcellaledo.com.br)

### LENGUAE LANGUAGE SERVICES

O centro de idiomas oferece diferente escala de descontos: 25% nas aulas individuais de inglês, espanhol, francês, alemão e italiano, a 30% em idiomas menos conhecidos como mandarim, holandês e árabe, entre outros. Para mais informações, acesse <http://lenguae.com> ou ligue (11) 3255.7975

### ODONTO HARMONY – ODONTOLOGIA INTEGRADA

Pelo convênio, serão concedidos aos Associados e dependentes 30% de desconto sobre o valor da consulta e procedimentos. Endereço: Avenida Angélica, 321 – conjunto 151, Santa Cecília - São Paulo. Para informações e agendamento ligue (11) 99305-7681.

### REDE DE HOTÉIS TRAVEL INN

Tarifas diferenciadas em todas as unidades da rede – São Paulo (Vila Olímpia, Vila Clementino, Higienópolis e Jardins), Jundiaí, Campinas e Marília. <http://travelinn.com.br>

### S2 VISTOS

A empresa oferece aos Associados e seus dependentes desconto de 30% em cima dos valores anunciados no site [www.s2vistos.com.br](http://www.s2vistos.com.br). Endereço em São Paulo: Av. Paulista, 2073 – Conjunto Nacional – Bloco Horsa 1 – Sala 2.111 – Telefone: (11) 3199.8580 Endereço em Campinas: Rua Afonso Pena, 575 – Jardim Proença – Telefone: (19) 3029.1990

